



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0006925-12.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Ministerio Publico do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Fazenda Publica do Municipio de São Carlos**

CONCLUSÃO

Em 01 de agosto de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo** contra a **Fazenda Pública do Município de São Carlos**, visando ao fornecimento de suplemento hiperproteico com arginina (Cubitan ou Repair ou Perotive) em favor da idosa Alvina Godoy, abrigada na instituição beneficente Cantinho Fraterno “Dona Maria Jacinta”, sob o fundamento de que possui histórico de fratura na tíbia, com dificuldade de cicatrização e, em consequência da imobilização, produziu úlceras de pressão o calcâneo e joelho, sendo que, para potencializar os efeitos dos medicamentos foi a ela prescrito referido suplemento que aumentará em trinta por cento as chances de cicatrização.

A liminar foi deferida às fls. 36/37.

A requerida apresentou contestação às fls. 43/51, alegando que a instituição deveria buscar o suplemento junto à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e que o SUS é regulamentado por leis que dispõem sobre os limites de atuação sendo que assistência à população deve ser prestada dentro de tais limites. Assim, o fornecimento de medicamentos especiais ou de alto custo são de responsabilidade do Estado já que dentro do estabelecido, o fornecimento de tal suplemento, devido a não disponibilização na farmácia básica ou pelo custo elevado não pode ser reservado à municipalidade tendo em vista o apertado orçamento. Pontuou, ainda, que a saúde deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas de forma universal e igualitária sem privilégio de uns em detrimento de outros. Discorreu sobre o orçamento e requereu a improcedência do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Houve réplica (fls. 62/62-verso).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios terem em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da idosa, abrigada em entidade de fins filantrópicos.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Além disso, a instituição demonstrou que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento, tanto que representados pelo Ministério Público. Ressalte-se que os profissionais que prescreveram os medicamentos (fls. 17/19) são da rede pública e com base em sua experiência profissional, de acordo com o caso clínico apresentado, com as suas peculiaridades, indicaram referido suplemento, não havendo necessidade, conforme reiterado entendimento jurisprudencial, de que o medicamento esteja padronizado pelo Ministério da Saúde, pois as pesquisas na área da saúde são dinâmicas e a padronização não acompanha este dinamismo.

Assim, tem a idosa direito ao tratamento através do suplemento.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida, a tutela antecipada, agora sob pena de sequestro de verbas públicas, afastada, contudo, a multa, pois não se vislumbra a sua necessidade neste momento.

Condeno a requerida a arcar com as custas judiciais.

P. R. I. C.

São Carlos, 13 de novembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

DATA.

Em ____ de outubro de 2013, recebi estes autos com o r. despacho/sentença supra.

Eu, _____, Esc. Subscrevi.